|  |
| --- |
| **ATA DE REUNIÃO** |
|  |
| **CT5 - Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DATA** | **HORÁRIO** | **LOCAL** |
| 27/03/2024 | 16h00 às 18h40 | Banco do Brasil - Sede I, Asa Norte – 14º andar, Brasília - DF. |

|  |
| --- |
| **ABERTURA**  Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 2024, às dezesseis horas, no Banco do Brasil - Sede I, Brasília - DF, reuniram-se os representantes nominados na lista de presença anexa a este documento para a realização da Reunião do Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora (CT5) do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE.  A reunião supracitada foi coordenada pelos senhores Pierry Teza - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC) - coordenador governamental do CT5 e Hélio Rodrigues de Almeida – MONAMPE – Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa – coordenador privado do CT5.  **DISCUSSÕES**  Sr. Hélio Rodrigues iniciou a reunião com as boas-vindas a todos os participantes, na sequência apresentou o sr. Pierry Teza e elogiou o esforço de articulação do MEMP que culminou na importante indicação de um colaborador do MEC como o novo coordenador governamental do CT5.  Sr. Pierry Teza saudou todos os participantes da reunião e agradeceu com satisfação a oportunidade de ter sido indicado como coordenador governamental do CT5, representando o MEC.  Sr. Maurício Juvenal cumprimentou todos os participantes da reunião, destacando a sensibilidade demonstrada pelo MEC em relação à agenda inicial deste Comitê e também enalteceu a parceria do MEC em diversas ações transversais do governo federal, ressaltando sua importância e contribuição para o avanço conjunto de iniciativas estratégicas.  Sr. Pierry Teza comentou que a modalidade de educação profissional e tecnológica tem muitas interfaces com a própria formação empreendedora, não à toa que os cursos propostos pela Setec, de uma forma geral, consideram estas competências. Na Coordenação Geral de Incentivo à Cooperação e à Inovação/Setec, na qual atua, destacou que quanto à inovação, há uma série de projetos na área de empreendedorismo, inclusive relacionados à formação empreendedora, não apenas ao incentivo do empreendimento. Os projetos dividem-se em três grandes eixos, sendo o primeiro a iniciação tecnológica, que são aqueles projetos voltados para os estudantes da educação básica para iniciá-los no mundo da educação profissional. O segundo eixo é pesquisa, desenvolvimento e inovação, que apoia os núcleos de inovação tecnológica, as agências de inovação e as pós-graduações, os programas e cursos de pós-graduações nas instituições de EPT (educação profissional técnica). O terceiro eixo, que é o eixo de empreendedorismo, com alguns projetos como o projeto no Espírito Santo de empreendedorismo inovador, os projetos no Instituto Federal de São Paulo, no Instituto Federal do Pará, no Instituto Federal do Ceará na área de tecnologia da informação para ajudar os estudantes a desenvolverem novos negócios, especificamente com base em aplicativos móveis. Ressaltou a retomada esse ano do Pronatec Empreender, pela Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica/MEC, com o lançamento de cinco cursos inicialmente, como o curso de desenvolvimento de aplicativos móveis e outro de gestão de pequenos negócios para estudantes da educação profissional e tecnológica, com algumas inovações, com a aplicação de uma metodologia baseada em projeto nestes cursos, segundo a qual os alunos já iniciam com um projeto prático. Estão previstas 1.500 vagas para cada um destes cursos, mas a tendência é que até o início de 2025, sejam lançados outros cursos, um baseado em indicações geográficas, outro baseado em bioeconomia e um direcionado aos alunos da educação profissional, baseado na criação de negócios inovadores, totalizando 7.500 vagas distribuídas no País. Lembrou que no âmbito específico da EPT, a formação empreendedora vincula-se a cursos já ofertados pelas instituições de ensino. Frisou que o MEC tem interesse em cooperar com o MEMP para viabilizar entregas do CT5.  Sra. Mariana Rodrigues (Aliança Empreendedora) compartilhou com os participantes da reunião informações sobre as principais entregas do CT5 em 2023 e o planejamento dos trabalhos para 2024. Destacou os seguintes assuntos abordados em 2023, dentre outros: levantamento dos participantes e organizações do CT5, por meio de formulário compartilhado; construção dos objetivos do CT5 em 2024; planejamento do calendário para 2024 e convite a instituições para apresentações de seus respectivos projetos e programas na pauta de formação e capacitação empreendedora. Mencionou as seguintes apresentações realizadas em 2023, como espaço de fomento e potencialização de iniciativas de formação e capacitação empreendedora:   * Aliança Empreendedora: instituição que tem o objetivo de capacitar e apoiar microempreendedores formais e informais em vulnerabilidade econômica de todo o Brasil. * Projeto Todas Elas, Fundação Assis Chateaubriand: o projeto tem o objetivo de promover um ambiente empreendedor mais inclusivo e equitativo, demonstrando o grande potencial que o empreendedorismo feminino tem no Brasil. * APEX: programas que envolvem a temática de formação e capacitação empreendedora - Programa de Qualificação para Exportação e o projeto Mulheres e Negócios Internacionais.   Na sequência dos seus comentários, a sra. Mariana apresentou proposta das principais ações do CT5 para 2024:   * Ser um espaço para potencializar as iniciativas, governamentais ou não, voltadas à promoção do comportamento empreendedor e técnicas de gestão. * Identificar, analisar e propor medidas para ampliar as oportunidades de capacitação para as micro e pequenas empresas: política nacional, Capacita MEI, Portal Gov, seminários, oficinas. * Apoiar a Política Nacional no sentido de identificar oportunidades que possam estar na plataforma e identificar parceiros de qualificação e formação empreendedora para compor o espaço destinado ao tema. * Desempenhar o papel de advocacy para políticas públicas, além de ter a capacidade de mobilizar e articular os atores. * Ser um espaço nacional de debates sobre formulação de políticas para capacitação empreendedora de quem já é ou deseja ser empresário. * Organizar grupos de trabalho para acompanhamento do Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional.   Ainda a sra. Mariana comentou que existem bons cursos e projetos e novas metodologias para tratar do empreendedorismo, mas que nem sempre chegam no empreendedor que está na ponta, ou seja, o ecossistema é rico, mas ele ainda não está completamente conectado ao empreendedor. Então é importante identificar, analisar e propor medidas para ampliar as oportunidades de capacitação das MPEs. A título de ilustração, ressaltou o impacto da capacitação na viabilização do microcrédito assistido e orientado.  Sr. Hélio Rodrigues observou que a grade curricular dos cursos de capacitação para as MPEs é feita de “cima para baixo” e na sua opinião o processo de definição desta grade deveria ser o inverso, por meio de consultas aos MEIs e MPEs, prospectando quais são os assuntos ou áreas que mais demandam conhecimento por parte dos empresários ou atendam, de forma mais prática, as necessidades dos seus negócios. Também falou sobre estimular o curso sobre empreendedorismo nas escolas públicas.  Sr. Adriano Seabra (MEMP) observou que na apresentação feita na reunião do CT7 sobre a Política Nacional há uma tela que menciona os principais problemas enfrentados pelas MPEs: dificuldade de acesso ao crédito, burocracia excessiva, dificuldade mercadológica, baixa competitividade e produtividade, acesso a novas tecnologias, necessidade de melhoria de gestão, os quais podem subsidiar ou orientar a questão do treinamento e capacitação. Sugeriu a elaboração de um levantamento dos principais cursos disponíveis de capacitação direcionados aos pequenos negócios e que se faça uma seleção daqueles cursos mais relevantes (poucos cursos, seis, por exemplo) com a definição de uma ementa mínima, uma grade a ser perseguida, bem como os respectivos atores responsáveis por cada um deles nas diferentes localidades do País. É importante discutir como o governo federal pode atuar para viabilizar a realização destes cursos em vários locais simultaneamente, como através de convênios ou de acordos de cooperação que possam eventualmente ser erigidos, sob a coordenação do CT5.  Sr. José Antônio Ramalho (Associação Brasileira de Franqueados) celebrou a importante participação do MEC na coordenação pública do CT5 e relembrou quem em 1962 foi criado o PNTE - Programa Nacional de Treinamento de Executivos e que naquela época foi feito um diagnóstico que levou o MEC e o Ministério do Trabalho a criarem o primeiro grande programa nacional de capacitação, chamado PIPMOI - Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial. Destacou como referência na obtenção de subsídios para o Fórum Permanente das MPEs, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) que é a principal pesquisa sobre empreendedorismo no mundo, identificando os fatores críticos que contribuem ou inibem a iniciativa empreendedora em diversos países. Informou que há no Brasil cerca de 51 milhões de pessoas com potencialidade de se tornar empreendedor e que aproximadamente 70% deste contingente têm poucos anos de estudo, entre 3 a 4 anos de estudo, no máximo. Então, o grande desafio é como desenvolver as capacidades de competências empreendedoras deste público alvo com um nível de escolaridade muito baixo, considerados analfabetos funcionais. Entende que o problema é estrutural. Dados do MEC mostram que dos 27 milhões de alunos que se matriculam no primeiro grau, apenas 1,3 milhão chegam no ensino superior.  Sr. Aristides Mossambani comentou sobre a experiência da educação financeira para os alunos do nível médio do município de Sarandi-PR.  Sra. Daise Rosas (Rede Brasil Afroempreendedor - Reafro) informou que a Reafro trabalha com metodologia baseada em conceitos de Paulo Freire para atender o público da base da pirâmide social, que antes de chegar ao Sebrae, precisa ser qualificado, orientado. Falou que vem trabalhando com um processo de capacitação junto com o Sebrae. Mencionou o trabalho precário dos microempreendedores informais que geralmente não tem acesso a capacitação empreendedora. Este público precisa ter a capacitação empreendedora com uma linguagem acessível ao seu nível de conhecimento, alinhada com a metodologia de Paulo Freire, de “baixo para cima”. É preciso identificar quais são as palavras-chaves que conectam este público ao trabalho informal que realizam. A atuação da Reafro está focada no público negro, que representa 52% dos microempreendedores, segundo o Sebrae. Comentou a parceria da Reafro com o BNDES e com a Aipê – Aliança pela Inclusão Produtiva para incentivar o empreendedorismo urbano periférico que tem como objetivo aumentar a renda de nano e microempreendedores individuais em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sejam estes formalizados ou não, por meio do fortalecimento de seus negócios e capacidades empreendedoras.  Sr. Cid Pimentel (MEMP) expressou a vontade de trabalhar com as iniquidades, com as populações da floresta, os povos originários, as quebradoras de coco babaçu, as castanheiras, os coletores do açaí, educando e capacitando muitas destas pessoas que são analfabetas, usando a metodologia Paulo Freire, já enfatizada por outros participantes da reunião, o universo vocabular destas pessoas com o uso adequado das palavras-chaves que a Daise Rosas já falou.  Sr. Eduardo (Secretaria de Inclusão Socioeconômica - coordenação de apoio ao empreendedorismo - Ministério do Desenvolvimento Social – MDS) observou que o cadastro único - CadÚnico contempla 97 milhões de pessoas, das quais 55 milhões beneficiam-se do bolsa família, 13 milhões autodeclaram-se como potenciais empreendedores. Pesquisa do MDS junto ao Sebrae identificou 4,8 milhões de microempresas, sendo 30% do bolsa família. Comentou sobre a proposta de medida provisória que trata do Microcrédito Produtivo Orientado para pessoas inscritas no CadÚnico, no âmbito do Programa de Redução da Pobreza, cujas operações serão garantidas com recursos do Fundo Garantidor de Operações – FGO (citou que há uma previsão de destinação de até 1 bilhão de reais para o FGO garantir tais operações). A referida proposta de medida provisória prevê que o MDS pode subvencionar a contratação de agentes de crédito e estruturadores de negócio que prestarão assistência aos tomadores de crédito beneficiadas pelo Programa, por meio da elaboração de planos de negócios que contemplem critérios de sustentabilidade e efetividade dos empreendimentos. Observou que as ações do CT5 serão importantes para a capacitação empreendedora do público do CadÚnico.  Sr. Mauro Leônidas - Conselho Federal de Administração (CFA) – sugeriu a criação de um hub para concentrar todas as capacitações num único espaço em que o empreendedor possa acessar e lembrou as várias experiências exitosas de educação empreendedora em municípios brasileiros que já foram apresentadas no CT5.  Sr. Ercílio Santinoni (Conampe) mencionou as reuniões do Gate (grupo de apoio técnico) nas quais os coordenadores dos comitês temáticos alinhavam as ações de cada CT, notadamente para dirimir o sombreamento dos trabalhos do Fórum Permanente. Recomendou a realização de reuniões mensais de grupos de trabalho dos CTs, durante um ou dois dias seguidos, para facilitar a participação dos representantes que residam fora de Brasília.  Sr. Pierry Teza sugeriu que os representantes do CT5 se reúnam mensalmente, dividindo a agenda de trabalho em temáticas específicas abordadas na reunião, como questões de currículo, ofertas de capacitação existentes (hub de cursos), empreendedorismo na escola e a questão do empreendedorismo versus inclusão, levantadas nesta reunião, além de outras a serem propostas pelos representantes do comitê. Propôs que, para cada um destes temas, seja proposto um conjunto de 5 a 10 medidas que possam ser implementadas ou entregues até o final do ano. Manifestou-se favorável à retomada do Gate (grupo de apoio técnico) citado pelo sr. Ercílio Santinoni. Solicitou fazer um levantamento das ações sobre formação e capacitação empreendedora das instituições que participam do CT5 e informou que vai prospectar, junto à secretaria executiva do MEC, as respectivas ações de todas as secretarias daquela pasta, como o Pronatec Empreendedor e o acordo de cooperação com o Sebrae. Aproveitando a ideia do sr. Mauro Leônidas, sugeriu a criação de um portal da formação empreendedora (ambiente único/hub de capacitação) que considere os perfis ou linguagens diferentes dos públicos que vão acessá-lo. Discorreu sobre os recursos financeiros e políticos necessários para a consecução de medidas/ações do CT5 e, neste sentido, seria importante pensar em uma estratégia de articulação política, por exemplo, com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Ressaltou que ao longo da história houve uma série de políticas públicas que tiveram grande investimento de recursos orçamentário, mas que tiveram resultado ruim por causa da má articulação política.  Sra. Mariana Rodrigues recomendou que, no levantamento das ações sobre formação e capacitação empreendedora das instituições que participam do CT5, sejam incluídos também os produtos que o próprio CT5 já criou, como o Capacita MEI, que eventualmente estejam subutilizados para que o comitê avalie e proponha melhorias destes produtos.  Sr. Maurício Juvenal fez uma reflexão sobre as principais ideias e sugestões de ações e encaminhamentos, apresentadas nesta reunião, que comporão a agenda de trabalho do CT5, e comentou que vai discutir, a princípio, com a equipe da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - SMEPP, qual é a melhor estratégia para viabilizar as entregas, de forma pragmática e efetiva, evitando-se que o “ótimo se torne inimigo do bom” e definindo como os trabalhos dos CTs serão sistematizados entre as reuniões quadrimestrais do Fórum Permanente. Reconheceu que as propostas de ações e de encaminhamentos apresentadas nesta reunião são necessárias e relevantes, porém não sabe se todas são plenamente exequíveis, diante das múltiplas atividades e responsabilidades laborais que todos têm no dia a dia e das limitações de toda ordem, não só orçamentária, mas falta de tempo e de colaboradores suficientes para atender o volume significativo de demandas e de frentes de trabalho, etc. Observou que existem ações governamentais exitosas que se conectam com as iniciativas de formação e capacitação empreendedora, como, a título de ilustração, a atuação do BNDES para estimular o microcrédito produtivo orientado por meio da assistência técnica na ponta, que conta com o suporte de uma rede de OSCIPs e possivelmente de cooperativas de crédito, as quais monitoram, avaliam, orientam e capacitam os pequenos negócios beneficiados pelo microcrédito, bem como estabelecem ranking de resultados. Reforçou a importância de sistematizar na prática a atuação do Fórum Permanente e colocou o MEMP totalmente à disposição para fazer este trabalho em parceria e frisou que os coordenadores de cada um dos 7 comitês temáticos têm um papel preponderante e decisivo para que a sistematização aconteça na prática e com resultados positivos.  **ENCERRAMENTO**  Não havendo mais assuntos a serem tratados, o sr. Pierry Teza novamente agradeceu a oportunidade de ser indicado como coordenador governamental do CT5, solicitou o contínuo engajamento de todos nas importantes discussões do CT5 e encerrou a reunião. |